

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
REPOSITÓRIO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA E INTELECTUAL DA UNICAMP

Versão do arquivo anexado / Version of attached file:

Versão do Editor / Published Version

Mais informações no site da editora / Further information on publisher's website:

<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/9047>

DOI: 10.36311/0102-5864.2019.v56n1.05.p14

Direitos autorais / Publisher's copyright statement:

©2019 by Editora Novos Rumos. All rights reserved.

DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

Cidade Universitária Zeferino Vaz Barão Geraldo

CEP 13083-970 – Campinas SP

Fone: (19) 3521-6493

<http://www.repositorio.unicamp.br>

Para além do economicismo: a acumulação de capital na perspectiva de Rosa Luxemburgo.

Eduardo Barros Mariutti¹

Resumo – O objetivo básico deste artigo é destacar, de forma sintética, os elementos do pensamento de Rosa Luxemburgo que podem servir de base para a superação das análises excessivamente formais e economicistas sobre o capitalismo. O primeiro passo neste sentido envolve destacar um aspecto geralmente negligenciado em seu pensamento: a *dupla dimensão* da expansão do capital. A faceta mais usual, fartamente explorada, diz respeito às incursões geográficas do capital. No entanto, a segunda dimensão é muito mais disruptiva: o capital, por conta de sua própria dinâmica, é forçado a colonizar e a ajustar à sua lógica *todas as dimensões da vida social*. A vitalidade do pensamento de Rosa Luxemburgo fundamenta-se, em grande parte, no fato de ter notado essa dimensão do problema.

Palavras-chave: Rosa Luxemburgo, capitalismo, marxismo.

Abstract – The basic objective of this article is to highlight, in a synthetic way, the elements of Rosa Luxemburg's thought that can serve as a basis for overcoming the excessively formal and economicist analyzes of capitalism. The first step in this direction involves highlight an aspect often neglected in their thinking: the double dimension of capital expansion. The most usual facet, widely exploited, concerns the geographical incursions of capital. However, the second dimension is much more disruptive: capital, because of its own internal dynamics, is forced to colonize and adjust to its logic all the dimensions of social life. The vitality of Rosa Luxemburg's thinking is largely based on the fact that she was aware of this dimension of the problem.

Keywords: Rosa Luxemburgo, capitalismo, marxismo

Introdução

Este artigo tem como objetivo central propor um ângulo menos explorado pela bibliografia especializada para abordar o pensamento de Rosa Luxemburgo. A rota mais usual, preponderante entre economistas e simpatizantes, privilegia a quixotesca polêmica sobre os esquemas de reprodução, o “subconsumo” e a questão da realização do mais-valor. De um modo geral, quem insiste neste ângulo tenta desqualificá-la do ponto de

¹ Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (2003) e Livre Docente por esta mesma instituição (2017). Atualmente é professor associado do Instituto de Economia da Unicamp e do Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP).

vista da Economia Política. O problema com esta via – já saturada – desvaloriza e aprisiona a discussão em um terreno que Rosa sempre lutou para se libertar: o economicismo. Já quem tem uma inclinação maior para a filosofia coloca estes problemas em segundo plano, enxergando-os como a decorrência de uma falha mais fundamental: a falta de uma base filosófica sólida. Rosa não dominava a dialética e por conta disto, alega-se, ela não compreendeu o rigor formal dos conceitos marxianos e, particularmente, a arquitetura lógica de *O Capital*.² Logo, a falta de familiaridade com a filosofia a inclinava a buscar aportes “externos” ao marxismo e, sobretudo, a estabelecer articulações diretas entre princípios abstratos e os acontecimentos de sua época. No final das contas, embora de formas distintas, as duas abordagens colocam na penumbra a própria singularidade do pensamento de Rosa, atando a discussão à infundável e despropositada questão referente ao que “Marx teria realmente dito” e, o que é ainda mais insólito, *o que ele realmente queria dizer*.³

Outra rota muito explorada (e que permeia as duas supracitadas) envolve a tensão entre “ecletismo” e “ortodoxia”. Rosa é frequentemente acusada das duas coisas. No primeiro caso o alvo preferencial é a sua teoria da revolução, qualificada como “voluntarista” e ancorada em uma espécie de “idealismo revolucionário” muito mais próximo do liberalismo radical e do anarquismo do que propriamente do marxismo. Esta concepção teria supostamente como base uma espécie de fé na ação espontânea e redentora das massas que desvaloriza o materialismo dialético enquanto uma *ciência da revolução* e, por conta disto, gera turbulências desnecessárias e compromete a unidade na frente revolucionária durante as insurgências. Já a acusação de excesso de ortodoxia incide na interpretação de Rosa sobre a crise terminal do capitalismo. Ao fazer uma leitura mecanicista e, portanto, não dialética (de novo!) do legado do materialismo histórico, Rosa interpreta de forma muito rígida a tese de que o modo de produção capitalista possui em seu interior o germe da sua própria destruição. Seus críticos sustentam que a adesão

² Esta afirmação é muito questionável. Em um texto produzido entre 1917 e 18, a pedido de Franz Mehring, Rosa fornece algumas imagens do modo como ela concebe a relação entre os 3 volumes de *O Capital*: “Considerando essa grande obra como um todo, pode-se dizer que o primeiro volume, no qual se desenvolvem a lei do valor, o salário e a mais-valia, desnuda o fundamento da sociedade atual, enquanto o segundo e o terceiro volumes mostram os andares do edifício que nele se apoiam. Também se poderia dizer, com uma imagem totalmente diferente, que o primeiro volume mostra o coração do organismo social, onde é criada a seiva vivificadora, ao passo que o segundo e o terceiro volumes mostram a circulação do sangue e a alimentação do todo até as últimas células” (2009 p. 141). Para mim, embora muito estilizada, esta passagem deixa claro a sua compreensão sobre os níveis distintos de abstração envolvidos em cada um dos livros.

³ Não há espaço para desenvolver aqui as lacunas principais e a imprecisão destes dois tipos de crítica à obra de Luxemburgo. Tratei disto de forma direta e com um pouco mais de profundidade em MARIUTTI, 2015.

luxemburguista à noção de que o colapso do capitalismo é inevitável resulta em um fatalismo desmobilizador que, na prática, fragiliza os movimentos revolucionários. O aspecto paradoxal é que, a partir deste diagnóstico, é possível atribuir ao excesso de ortodoxia a consubstanciação do “idealismo revolucionário”: a tese do colapso automático ancora a sua fé na ação *espontânea* das massas que, ao responder às pressões objetivas da desintegração do capitalismo, seriam capazes de consumir a revolução socialista prescindindo de uma liderança munida de um diagnóstico claro da conjuntura e de um guia preciso para a ação.

Tais críticas, embora muito unilaterais e nem sempre acuradas, possuem algum grau de pertinência e, portanto, devem ser levadas em conta, desde que não se perca a *singularidade* do pensamento de Rosa Luxemburgo e, sobretudo, que não ofusquem as suas *potencialidades*. A tarefa realmente decisiva quando se analisa um grande pensador é identificar a sua preocupação central, isto é, a grande questão que articula e dá sentido ao conjunto das suas formulações. No caso de Rosa Luxemburgo o ponto aglutinador do seu pensamento é a caracterização do modo de produção capitalista como uma forma peculiar de reorganizar *violentamente* o conjunto da vida social em função da acumulação incessante de capitais. Definido desta forma, longe de ser o portador do progresso ou da civilização, o capital tem um ímpeto intrinsecamente expansionista, em um duplo sentido. O mais evidente fica patente na sua rápida e vigorosa capacidade de se alastrar geograficamente por todo o globo terrestre. Mas o segundo sentido é mais importante e, na realidade, conduz o primeiro: a *acumulação* capitalista está fadada a *colonizar* e ajustar à sua lógica *todas* as dimensões da vida social, inclusive as relações familiares e afetivas. É nesta acepção peculiar que o capitalismo se impõe progressiva e contraditoriamente como uma *forma universal* que dissolve e se alimenta das relações sociais estranhas a ele. Logo, sua marca decisiva reside no seu impulso em desatrelar violentamente o trabalho dos meios de produção nas formas sociais com que ele se depara para, na sequência, poder incorporá-los ao seu metabolismo.

Deste prisma podemos situar a discussão em um novo terreno, muito mais frutífero, especialmente nos nossos turbulentos dias. Ao se esforçar em tentar estabelecer o nexo entre a reprodução do capital e o modo como ele se nutre de elementos externos ao seu circuito, Rosa Luxemburgo contribuiu para deslocar o centro de gravidade do debate de sua época: o foco quase obsessivo na necessidade de desenvolver “novas forças produtivas” e superar os “resquícios” pré-capitalistas. Além disto, Rosa foi uma das pioneiras a acentuar a importância teórica e prática de se analisar a relação simbiótica

entre o militarismo e a acumulação de capital, abrindo caminho para a discussão sobre o imperialismo. Porém, como ela sempre escrevia no calor dos acontecimentos, o traço mais saliente de sua abordagem nunca foi especificado de forma precisa no plano teórico: a *natureza peculiar* do vínculo entre a dinâmica do capital e o meio externo a ele. Dai emana o frequente e equivocado argumento de que ela “confunde” o período da acumulação primitiva com o funcionamento regular do capital (tema que é tratado com detalhe na seção 3 deste texto).

Para evitar estes desentendimentos é importante destacar algumas peculiaridades da concepção geral de Marx, a principal referência de Rosa Luxemburgo. Marx tende a adotar a perspectiva de que uma ordem genuinamente *universal* – uma história *mundial* – só pode ser *teorizada* do ponto de vista de uma categoria abstrata: o capital *plenamente constituído*, isto é, enquanto um valor que desenvolveu a capacidade de se autovalorizar mediante a absorção da força de trabalho humana e dos recursos naturais. Isto indica que a formação do modo de produção capitalista expressa uma ruptura fundamental com as formas anteriores do capital (o capital mercantil e seu irmão gêmeo, o capital usurário) que, mesmo quando atingiam uma magnitude expressiva, só podiam sobreviver *entre as civilizações* e nos interstícios das diversas sociedades em que incidiam. Não possuíam, portanto, uma dinâmica própria e, muito menos, o ímpeto de tentar se impor como uma forma universal, capaz de se reproduzir pelo amálgama entre a força de trabalho e os meios de produção convertidos pelo próprio capital em mercadorias. Quando Rosa discute a questão da crise inexorável do capitalismo é esta dimensão do problema que ela privilegia: o capital só tem a si próprio como limite. Já quando o tema é o papel desagregador do capital sobre as sociedades que ainda não foram integradas ao seu metabolismo, Rosa altera o eixo, e passa a pensar o problema predominantemente *do ponto de vista dos povos e sociedades subjugadas ao capital*, das suas resistências e de como estas organizações sociais (do passado e do seu presente) podem ser analisadas tanto como uma forma de resistir ao capital quanto como uma referência positiva para a construção do socialismo. Embora necessariamente interligadas, essas duas “histórias” precisam ser diferenciadas analiticamente. Antes disso, contudo, é necessário desenvolver alguns conceitos básicos que são fundamentais para elucidar o pensamento de Rosa Luxemburgo.

1 - Economia Natural, Mercado e Capitalismo

1.1 – Economia Natural e comunidades “primitivas”

Para melhor entender a peculiaridade da *acumulação capitalista* na visão de Rosa Luxemburgo é importante destacar e desenvolver o modo como ela a diferencia da dinâmica da “economia natural” e da economia mercantil. Por “economia” natural devemos entender as formas sociais onde as *unidades produtivas* são autossuficientes e, portanto, estabelecem relações no seu interior e entre si de cunho não mercantil, geralmente escoradas em princípios como reciprocidade e redistribuição e mediadas por relações de parentesco ou de cunho religioso. Há sempre, portanto, em toda economia natural, nos termos de Rosa, *um vínculo peculiar e indissolúvel entre os meios de produção e o trabalho* que as isola do mercado e da acumulação de tipo capitalista. Neste caso, portanto, se surge um setor mercantil ele é *restrito* e necessariamente marginal: por operar apenas com excedentes, a dinâmica do mercado não é capaz de transformar a natureza das relações sociais no interior das unidades produtivas e, portanto, opera à margem da sociedade. Nesta concepção o termo *economia* é sempre entendido de forma abrangente, isto é, como a reprodução dos meios e formas de vida de uma dada sociedade e, desse modo, o adjetivo “natural” é (mal) empregado para caracterizar todas as economias onde o mercado não é uma instituição essencial para essa reprodução.

É muito comum criticar o suposto “simplismo” desta definição, que coloca no mesmo patamar formas de vida social completamente distintas. A crítica perde parte do seu sentido se levarmos em conta o fato, bastante óbvio, de que Rosa Luxemburgo usa esta definição por contraste às sociedades produtoras de mercadorias baseadas no *mercado capitalista*. O propósito básico é, comparando com outros tipos de organização social, marcar a singularidade da sociabilidade engendrada pelo modo de produção capitalista e o tipo de relação estabelecido entre os homens e entre estes e a natureza. Para tanto, não é necessário - e nem possível - fazer a etnografia de *todas* as sociedades não capitalistas. Sequer ela comete o erro de parte da antropologia e história econômica que a sucedeu, que tende a definir economia natural como uma “economia” de baixa produtividade e *sem poupança*, isto é, uma economia da miséria desprovida de dinamismo.⁴

Portanto, ao contrário da esmagadora maioria dos seus contemporâneos, Rosa não concebia as sociedades não-capitalistas como estagnadas ou imóveis. Pelo contrário: em

⁴ Desde a década de 1950 a noção de que as sociedades não mercantis “não geram excedentes” ou vivem em extrema penúria tem sido atacada particularmente pelos antropólogos econômicos e pela escola dita “substantivista”, que emana da obra de Polanyi. Mas duas críticas, compatíveis com os insights de Rosa Luxemburgo, são bastante incisivas e merecem destaque: Sahlins, 1972 cap.1 e Clastres, 1988 caps. 1 e 11.

A Acumulação Capitalista e particularmente em *Introdução à Economia Política*, Rosa destaca as tensões internas que moldam as suas trajetórias (LÖWY, 2015 p. 95). No entanto, o seu interesse por estas sociedades “primitivas” (sic.) possui um conteúdo político prático: elas podem fornecer elementos importantes para se pensar a implantação do socialismo, entendido fundamentalmente como uma democracia radical. Mas a posição de Rosa é bastante ambígua, em dois sentidos. Em primeiro lugar, a despeito de sua sensibilidade aguçada e vívido interesse por estas organizações sociais, ela comete um deslize que, com o desenvolvimento da antropologia, não pode mais ser deixado de lado: ela acreditava na existência de uma espécie de comunismo primitivo universal baseado no primado da comunidade sobre o indivíduo e no cerceamento à propriedade privada que, inclusive, consiste para ela no ponto de partida de todas as formas sociais (cf. LÖWI, 2015 p.88-9).⁵ Essa generalização é insustentável. Porém, mesmo cometendo este deslize (justificável, dado o clima da época, as fontes utilizadas e a natureza dos debates em que ela estava engajada), como já foi apontado, Rosa tendia a olhar para estas sociedades não como relíquias, mas como referências para se lutar para a constituição de formas de vida radicalmente distintas da capitalista e, é claro, dessas próprias sociedades, que também são violentas e permeadas pelo poder. A segunda ambivalência está em outro plano. A despeito de sua crítica radical ao caráter civilizatório do capital, Rosa preserva um elemento do marxismo ortodoxo que a acompanhou por toda a sua vida: abunda em seu pensamento a tese de que o capitalismo tem uma *função* a cumprir, isto é, preparar o terreno para o socialismo⁶ que, muitas vezes, é entendido como uma sociedade *planificada*, capaz de eliminar a “anarquia” da produção capitalista e, deste modo,

⁵ Glosando Morgan, Rosa afirma: “Primitive communism, with the democracy and social equality that went together with it, were thereby shown to be the cradle of social development. By this expansion of the horizon of the prehistoric past, he [Morgan] showed the whole present-day civilization, with private property, class rule, male supremacy, state compulsion and compulsory marriage, as simply a brief transition phase that, just as it arose itself from the dissolution of age-old communist society, is bound to make way in turn in the future for higher social forms. In this way, however, Morgan gave powerful new support to scientific socialism. While Marx and Engels showed by way of the economic analysis of capitalism the unavoidable historical transition of society to the communist world economy in the very near future, thus giving socialist efforts a firm scientific basis, Morgan in a certain sense supplied the work of Marx and Engels with a full and powerful underpinning, by demonstrating that a communist and democratic society, even if in different and more primitive forms, embraced the whole long past of human cultural history prior to present-day civilization.” (Luxemburgo, 2013 p. 517-8).

⁶ Uma passagem ilustra muito bem esta característica: “As the common program of political action of the international proletariat, socialism is a historical necessity, since it is a fruit of the economic developmental tendencies of capitalism.”(...) “The end of political economy as a science thus amounts to a world historical act: its transformation into the practice of a world economy organized according to a plan. The final chapter of political-economic doctrine is the social revolution of the world proletariat.” (Luxemburgo, 2013 p. 78-9).

“desenvolver todas as forças produtivas do planeta de acordo com as necessidades da humanidade” (Luxemburgo, 1984b p. 98).

1.2 – Economia Mercantil

A peculiaridade da economia mercantil reside em outro aspecto: o mercado é uma etapa importante da reprodução social, já que os produtores se articulam predominantemente pela troca mercantil. No entanto, a mera presença do mercado como elemento prioritário de integração social não significa que estas sociedades sejam capitalistas. Muito pelo contrário: a segmentação dos mercados e a prevalência de regulações morais sobre as trocas (Thompson, 1998) impede a subordinação da sociedade aos imperativos da acumulação incessante de capitais. Isto pode ser dito de outro modo. A presença de mercados não implica tratar-se de *uma economia de mercado*, isto é, organizada apenas ou principalmente por preços em um sistema auto regulável. (Polanyi, 1992 p. 45). Uma organização social deste tipo, insiste Rosa, não poderia ser formada “espontaneamente” pela simples generalização das trocas, pois a generalização de relações comerciais não altera necessariamente os bloqueios à generalização do princípio da acumulação pela acumulação como diretriz fundamental.⁷ A formação do capitalismo pressupõe um processo violento de destruição e reorganização social onde o Estado exerce um papel decisivo, tal como se nota na famigerada discussão sobre a “acumulação primitiva”, tema que será tratado em um momento mais oportuno.

As economias mercantis possuem variantes que podem ser perfiladas tendo como referência dois extremos. De um lado situam-se as sociedades de pequenos produtores que trocam *os produtos do seu trabalho* em mercados locais, geralmente regulados pela magia ou por padrões morais (como, por exemplo, a noção medieval de preço justo), onde a concorrência entre mercadorias similares provenientes de vendedores distintos não é a tendência dominante. E, mesmo se utilizarmos uma noção muito elástica de troca, uma

⁷ E não é só isso. Comentando as lacunas da obra de Karl Bücher, ela destaca a *ampla variedade* das formas de comércio que podem ser encontradas na história: “Exchange is as old as human culture itself, it has ever been a constant accompaniment of this and its most powerful promoter. In this general knowledge, quite vague in its generality, our scholar now drowns all particularities of different eras, levels of civilization and economic forms. Just as all cats are grey in the dark, so in the obscurity of this professorial theory all forms of exchange, no matter how diverse, are one and the same. The primitive exchange of an Amerindian tribe in Brazil, who every now and then happen to exchange their uniquely woven dance masks for the artfully made bows and arrows of another tribe; the gleaming warehouses of Babylon, where the splendors of Oriental court life were accumulated;” (...) “all this is one and the same for our professor of political economy: simply the “filling” of “certain gaps” in the independent economic organism!” (Luxemburgo, 2013 p. 342-3)

característica fundamental deve ser destacada: estas sociedades possuem *esferas distintas de intercâmbio* (Dalton, 1961 P. 10-1), que não respondem a um mecanismo *geral* formador de preços, pois cada uma destas esferas possui normas e princípios particulares que operam separadamente.⁸ Por conta desta separação não é possível a criação de um equivalente geral pois os “produtos” e os processos que se concretizam em cada uma dessas esferas são incomensuráveis do ponto de vista da quantidade. Os princípios integradores são outros: parentesco, religião etc.

No outro extremo podemos incluir as sociedades mais centralizadas, onde os mercados locais operam em sincronia com o poder central (o que configura os “modos de produção” tributários ou redistributivos (Amin, 1985; Wolf, 2010 p. 79-88) e com zonas de elevada autarquização. Rosa não marca esta distinção, mas ela pode ser inferida de suas descrições sobre os grandes impérios da antiguidade e de sociedades politicamente centralizadas, mas que possuem setores mercantis adjacentes ao centro político. Neste caso é precisamente o poder central que ajuda a organizar os mercados e, fundamentalmente, a *impedir* que uma classe baseada na posse de riquezas seja poderosa o suficiente para se autonomizar e, com isso, conquistar poder político e prestígio social. Neste tipo de organização é impossível romper a separação entre os pequenos comerciantes que operam em escala local e – se existirem – os grandes comerciantes que se concentram em bens de conteúdo simbólico e operam nas grandes rotas intercivilizacionais.

1.3 – A expansão do Mercado Capitalista

Um aspecto significativo da interpretação de Rosa Luxemburgo é a ausência de uma discussão historiográfica sobre a questão da transição do feudalismo ao capitalismo. Mas é muito frequente em sua obra comparações e contrastes entre as organizações sociais “pré-capitalistas” – tanto as pretéritas quanto as contemporâneas⁹ - e as sociedades

⁸ “Where money is used in primitive economy, it is not all-purpose money; each kind can be used only for a special range of transactions, such as the use of cattle as a money object for acquiring a bride or paying bloodwealth, but not for acquiring food or craft products. In a primitive economy a given money object often serves one use only, as when debts are calculated in terms of brass rods but actually paid in strips of cloth. What should be emphasized is that the differences in money usage between primitive economy and the Western market system are indicators of underlying differences in transactional principles of economic integration (such as reciprocity, redistribution, and market exchange.” (Dalton, 1961 p. 13)

⁹ Rosa comenta a derrocada do Império Lunda, os aborígenes australianos e até os Bororos no Brasil (Luxemburgo, 2013 cap.1; Luxemburgo, 1984b cap. 27). Um trecho de uma carta a Mathilde Wurm denota o vívido interesse de Rosa pelas zonas onde o capital se impõe sobre a zona “pré-capitalista”: “Eu me sinto igualmente próxima das pobres vítimas das plantações de borracha em Putumaayo, dos negros da África,

capitalistas “maduras” ou desenvolvidas. Estas comparações possuem um duplo propósito. O mais elementar é explicitar a peculiaridade da acumulação capitalista em termos formais. O outro, muito mais importante: explicar os fundamentos da intensa rivalidade entre as grandes potências capitalistas e o modo como a concorrência imperialista *altera radicalmente* a dinâmica do capitalismo, impondo às potências a necessidade *imperativa* de incorporarem formal ou informalmente as regiões onde ainda não dominava a sociedade produtora de mercadorias. A explicação sobre a formação e consolidação do capitalismo na Europa fica, portanto, em segundo plano e, quando aludida, é abordada predominantemente deste ponto de vista. Logo, o alargamento sistemático e acelerado do *mercado capitalista* deriva da intensa concorrência de capitais dos países capitalistas avançados que, precisamente pelo seu elevado grau de desenvolvimento capitalista, são forçados necessariamente a transpor a disputa para o plano internacional, “em luta pelas condições restantes de acumulação”.

Logo, sem a presença e a indução violenta do capital proveniente “de fora”, o grau de mercadorização da natureza e das sociedades não capitalistas permaneceria muito restrito e, portanto, incompatível com as pressões engendradas pelo novo tipo de concorrência intercapitalista que marca o imperialismo:

“O que Marx adotou como hipótese de seu esquema de acumulação corresponde, portanto, somente à tendência histórica e objetiva do movimento de acumulação e ao respectivo resultado teórico final. O processo de acumulação tende sempre a substituir, onde quer que seja, a economia natural pela economia mercantil, e esta pela economia capitalista, levando a produção capitalista – como modo único e exclusivo de produção – ao domínio absoluto em todos os países e ramos produtivos.” (Luxemburgo, 1984b p. 63).

A passagem é clara. É o próprio vínculo com o capitalismo em expansão que tende a transformar as economias mercantis em economias *capitalistas*, dissolvendo e destruindo todas as demais formas de organização social.

Portanto, ao sustentar-se sobre seus próprios pés, o modo de produção capitalista se converte em uma gigantesca e violenta força homogeneizadora, que se manifesta na tendência em articular as diversas esferas de intercâmbio humana pela troca mercantil

de cujos corpos os europeus fazem gato e sapato. Você ainda se lembra das palavras na obra do grande estado-maior sobre a campanha de Trotha no Kalahari? ‘E os estertores dos agonizantes, o grito insano dos que morriam de sede ecoavam no silêncio sublime da infinitude.’ Oh, esse ‘silêncio sublime da infinitude’ no qual tantos gritos ecoam *sem ser ouvidos*, ele soa em mim com tanta força que não reservo nenhum cantinho especial no coração para o gueto: eu me sinto em casa no mundo todo, onde quer que haja nuvens e pássaros e lágrimas humanas.” (Luxemburgo, 2017a p. 237)

indexada pela moeda, um tipo novo de moeda, que congrega simultaneamente três funções: veículo das trocas, unidade de conta e reserva de valor. Como já foi apontado, sociedades não capitalistas geralmente *isolam* esferas de intercâmbio distintas, onde cada uma delas envolve bens e serviços específicos que são organizados por valores e princípios de integração distintos e geralmente incomensuráveis.¹⁰ Estas segmentações se manifestam concretamente em várias configurações distintas, embora seja muito comum o isolamento da zona que envolve bens de subsistência (alimentos básicos, terra arável, água, madeira para combustão, etc.), que raramente é indexada por um mercado formador de preços, isto é, onde mercadorias similares provenientes de fontes distintas disputam o mesmo espaço mercantil. Outras zonas que costumam ser independentes do sistema mercantil são as que envolvem as relações matrimoniais e os sistemas de poder. Nestes casos os fundamentos envolvem os tabus e o prestígio social que opera de forma independente dos circuitos da riqueza e do comércio. Logo, além da expansão geográfica, o capital também luta – geralmente apoiado pelo Estado ou outras formas de violência organizada – para colonizar estas esferas e fundi-las ao mercado estruturado pela produção e circulação de *mercadorias*. É precisamente esta expansão transversal do mercado *capitalista* indexado pela moeda que destrói estas formas alternativas de vida e que, simultaneamente, permite uma concepção *econômica* – e economicista – da realidade social.

2 – O Interno e o Externo, Consumidor e Comprador

Rosa Luxemburgo insiste com particular veemência na tese de que o capitalismo, ao se formar, surge *entrelaçado* à diversas formas estranhas a ele:

“O capitalismo veio ao mundo e se desenvolve em meio social não capitalista. Nos países da Europa Ocidental ele se desenvolve inicialmente no meio feudal, o qual lhe comunica a sua forma primitiva. A economia servil do campo e as corporações profissionais urbanas formam o cenário de sua primeira infância. Posteriormente, *após a queda do feudalismo*, terá por ambiente o meio camponês-artesanal, ou seja, o meio da produção simples, de cunho mercantil, seja agrícola, seja artesanal. Além desses *limites imediatos* vamos encontrar depois toda uma vasta área de culturas não-europeias, área que envolve o capitalismo europeu e lhe *oferece* uma escala completa de estágios evolutivos vários, tanto abrangendo

¹⁰ Dentro de cada esfera é possível que exista algo *que nós* interpretamos como similar a uma moeda (um bem capaz de operar como equivalente geral). Mas, mesmo nestes casos, as esferas permanecem *separadas* e não podem ser influenciadas por um mercado geral ordenado fundamentalmente por preços e raramente este mesmo bem opera como reserva de valor.

hordas comunistas mais primitivas, de caçadores nômades e de simples coletores, quanto populações que se dedicam à produção mercantil artesanal e camponesa. *É esse o meio em que prossegue a marcha do processo capitalista de produção*” (Luxemburgo, 1984a p. 31 – grifos meus).

A despeito de certo esquematismo, traços evolucionistas e pequenas imprecisões, esta passagem resume uma das dimensões essenciais do argumento geral de Rosa Luxemburgo: o capital nasce e se expande frente a um meio heterogêneo, repleto de formas sociais distintas e que ele luta para incorporar.

Partindo desta observação inicial Rosa descreve o movimento de acumulação de capital em sua dupla dimensão: a *interna*, amplamente estudada pelos economistas e a *externa*, isto é, o *modo* como o capital invade e se associa às formas de produção e de exploração estranhas a ele. Neste sentido, portanto, ela se afasta radicalmente do modo como o debate sobre as relações entre o “mercado interno” e o “externo” se estruturou no marxismo e na Economia Política. Isto fica explícito na seguinte passagem que, embora muito citada, nem sempre se destaca as suas implicações:

“O mercado interno e o mercado externo desempenham, sem dúvida, papel importante e inconfundível na evolução do desenvolvimento capitalista, não como conceitos de Geografia Política, mas de Economia Social. *Do ponto de vista da produção capitalista o mercado interno é mercado capitalista, uma vez que essa produção é consumidora dos seus próprios produtos e fonte geradora de seus próprios elementos de produção.* Mercado externo é para o capital o meio social não-capitalista que absorve seus produtos e lhe fornece elementos produtivos e força de trabalho. Desse ponto de vista econômico, a Alemanha e a Inglaterra constituem, em sua troca recíproca, uma para a outra, mercados capitalistas internos, enquanto as trocas entre a indústria alemã e seus consumidores ou produtores camponeses alemães representam, para o capital alemão, relações de mercado externo.” (Luxemburgo, 1984a p. 29 – grifo meu)

Quem se situa *fora* das relações sociais especificamente capitalistas e, portanto, ainda não foi integralmente sociabilizado como uma mercadoria, alimenta *indiretamente* o capital com os produtos do seu trabalho e, se contribuiu para a valorização, o faz como *comprador* de mercadorias, posição distinta do *consumidor* de mercadorias que, desde o início, já estava preso ao circuito do capital, pois vive de salário que é fruto de um investimento prévio.

Portanto, a questão do interno e do externo remete à diferenciação entre consumidor e comprador, uma distinção de importância fundamental, que já transparece

em *A Acumulação de Capital*, mas só é tematizada com mais clareza em *Anticrítica*. Uma passagem desta obra é particularmente ilustrativa:

“Para que a acumulação se verifique é necessário encontrar outros *compradores* que adquiram essa partida de mercadorias em que se encontra o lucro destinado à referida acumulação. *Os compradores necessários devem ter meios próprios de compra, meios que sejam fornecidos por fontes próprias e perfeitamente autônomas, que nada tenham a ver com o bolso do capitalista*, tais como as que dispõe os trabalhadores, ou os colaboradores do capital – os órgãos estatais, o exército, o clero, as profissões liberais. Devem ser estes, portanto, os *compradores*, pessoas cujos meios de compra tenham por origem a troca mercantil e, meios que também existem, pois, em função da produção mercantil ocorrente *fora da produção mercantil capitalista*; devem ser produtores cujos meios de produção não se incluem na categoria do capital e não pertençam a nenhum das categorias gerais (dos capitalistas e dos trabalhadores), mas assim mesmo ou de qualquer forma tenham necessidade de mercadorias capitalistas.” (Luxemburgo, 1984a p. 111-2 - grifos meus)

Essa distinção permite, portanto, explicitar a tentativa de Rosa Luxemburgo visualizar a reprodução do capital social total (ou capital bruto, a depender da tradução) *levando em conta também a sua articulação com a zona não capitalista*, da qual o capital se alimenta e utiliza para realizar parte do *mais-valor*. Quando ela afirma que o capital social total não é uma simples soma - ou uma mera articulação mecânica - dos capitais individuais ela leva isto em consideração¹¹, além da crítica incisiva à “economia burguesa” (e à Bernstein), que tem como foco os capitais individuais.

Logo, ela não está no terreno que a economia (vulgar) demarcou como o seu objeto: ela tentou levar às últimas consequências a ideia de que o capital é uma relação *social de exploração* do trabalho e da natureza *que não encontra limites* além do seu próprio movimento de expansão que, no entanto, é capaz de se nutrir sistematicamente

¹¹ Ela oferece várias ilustrações dessa ideia. Uma das mais iluminadoras: “Por exemplo: a indústria algodoeira inglesa forneceu durante os primeiros 2/3 do século XIX (e ainda fornece, em parte, atualmente) tecidos de algodão ao campesinato e à pequena burguesia urbana do continente europeu, como também ao campesinato do Índia, da América, da África, etc. Nesse caso foi o consumo dessas camadas sociais e de países não-capitalistas que forneceu a base para a enorme expansão da indústria algodoeira na Inglaterra. Em função dessa indústria algodoeira, desenvolveu-se, na própria Inglaterra, uma vasta indústria mecânica, fornecedora de fusos e teares e, em conexão com esta, desenvolveram-se também a indústria metalúrgica e carbonífera. Nesse caso, o Departamento II (dos meios de consumo) realizava em escala crescente seus produtos em camadas sociais não-capitalistas, gerando por sua vez, uma demanda crescente de produtos nacionais do Departamento I (dos meios de produção), devido à sua própria acumulação; auxiliou dessa forma este último na realização da mais valia e em sua acumulação recente.” (Luxemburgo, 1984b p. 20). Todos os demais exemplos que ela fornece – a indústria química alemã, a indústria ferroviária britânica, etc. – levam em conta não apenas a relação entre o Departamento I e II mas, essencialmente, o modo como a dinâmica do capital se mescla aos recursos e relações sociais não-capitalistas no plano mundial.

de elementos externos à sua órbita, com o objetivo de tentar prolongar a sua existência. Isto fica particularmente evidente em outra passagem de *Anticrítica*:

“Dessa maneira o capitalismo expanda-se cada vez mais graças à suas relações recíprocas com os círculos sociais e com as nações não-capitalistas, acumulando seu capital à custa destes; ao mesmo tempo que corrói a cada instante a outra entidade a qual se associa, procurará desalojá-la e assumir o seu lugar. E à medida em que vai crescendo o número de participantes dessa caçada em busca de novos campos de acumulação de capital e diminuindo o número de regiões não-capitalistas ainda abertas à expansão universal do capital, mais acirrada se torna a luta, ou a competição, visando a conquista dessas regiões de acumulação; tanto mais frequentes também se tornam, no cenário mundial, as incursões do capital, as quais acabam constituindo verdadeiras cadeias de catástrofes (de ordem econômica ou política), representadas pelas crises mundiais, pelas guerras e pelas revoluções” (Luxemburgo 1984b p. 113).

Aqui, de forma bastante concisa, Rosa explicita o nexo entre a dinâmica do capital, a crise e o imperialismo, tema a ser tratado na última seção deste artigo.

Neste ponto já temos elementos suficientes para adiantar uma conclusão parcial. O “externo”, para Rosa, compreende as zonas baseadas em relações de produção *distintas* da especificamente capitalista (isto é, baseadas no assalariamento), *mas a elas subordinadas* pela conquista, ou pela associação entre as elites locais - que estabelecem a dominação violenta na sua sociedade - e a burguesia dos países centrais. Portanto, no limite, não se trata de uma relação *externa* ao capitalismo. Se isto não for levado em conta, mesmo quem pretende “reabilitar” o pensamento de Rosa Luxemburgo pode produzir trapalhadas e reparos cosméticos que geram confusões e polêmicas desnecessárias como, por exemplo, tentar substituir o termo “acumulação primitiva” por “acumulação por espoliação”.¹² A melhor forma de evitar estes descaminhos é, do ponto de vista da diferença entre comprador e consumidor (e, portando, do externo e do interno sob outro prisma), desenvolver com um pouco mais de rigor o modo como Rosa Luxemburgo articula a violência ao movimento de reprodução e expansão do capital à luz das formulações marxianas sobre a acumulação primitiva.

¹² Não escondo a minha surpresa desde a primeira vez que me deparei com esta estabanação citação: “A desvantagem desses pressupostos” [de Marx e Rosa] “é que relegam a acumulação baseada na atividade predatória e fraudulenta e na violência a uma ‘etapa original’ tida como não mais relevante ou, como no caso de Luxemburgo, como de alguma forma ‘exterior’ ao capitalismo como sistema fechado. Uma reavaliação geral do papel contínuo e da persistência das práticas predatórias da acumulação ‘primitiva’ ou ‘original’ no âmbito da longa geografia histórica da acumulação do capital é por conseguinte muito necessária, como observaram recentemente vários comentaristas. Como parece estranho qualificar de ‘primitivo’ ou ‘original’ um processo em andamento, substituirei a seguir esses termos pelo conceito de ‘acumulação por espoliação’” (Harvey, 2004 p. 120-1).

3 – Acumulação Primitiva, Capital Mercantil e Violência

Uma das grandes peculiaridades do pensamento de Rosa Luxemburgo é o estabelecimento de um vínculo *indissolúvel* entre a violência e a acumulação capitalista que *em termos gerais* se manifesta desde a formação do capitalismo até o período contemporâneo. O argumento básico é forte: a violência e o poder militar *sempre* tiveram um papel fundamental na luta incessante do capital contra a economia natural e contra todas as demais formas sociais que resistem ao seu assédio. Todavia, ao contrário do que se costuma argumentar, Rosa sempre se mostrou muito sensível às diversas manifestações específicas da violência exercida pelo capital contra os padrões de sociabilidade estranhos a ele e, sobretudo, ela identificou claramente a *variação* na forma e no papel do poder militar como um suporte da acumulação de capital. Portanto, embora seja um argumento muito frequente na bibliografia, não é correto afirmar que para ela “acumulação primitiva ainda não acabou”.

Destacar que o capital emprega de forma rotineira e sistemática métodos violentos *análogos* aos da acumulação primitiva não implica afirmar que existe uma *continuidade* entre este período e o modo de produção capitalista plenamente consolidado. Um argumento desta natureza não só deforma o pensamento de Rosa Luxemburgo como, na prática, contesta a própria pertinência da reflexão marxiana apresentada no célebre capítulo 24 do primeiro volume de *O Capital*. O mote básico de Marx neste ponto de sua obra é desmascarar o pecado original da “suave economia política”: a tese de que a sociedade burguesa foi engendrada por uma acumulação prévia de *riqueza* nas mãos dos *indivíduos* mais diligentes e poupadores que, por conta disto, se tornaram os patrões, por oposição à turba de gastadores que dilapidaram suas posses e, doravante, passaram a trabalhar por um salário. Nada mais falso: sem a destruição violenta e sanguinária das sociedades baseadas na fusão entre o trabalho e os meios de produção o capital não poderia desenvolver uma dinâmica própria, encetada pela sua autovalorização.¹³

¹³ A trágica profusão das escolas desenvolvimentistas (que, *sempre* tentam enfiar goela abaixo das pessoas uma espécie Keynesianismo-Kaleckismo travestido do marxismo) tendeu a sacramentar a tese de que a ordem do capital prescinde da violência direta, e que, portanto, a acumulação primitiva é coisa do passado. Nesta ótica, o subdesenvolvimento está radicado nos resquícios do “passado” e, portanto, *na falta* de uma organização da produção capitalista “endógena”. Por isso a crítica – fundamentalmente equivocada – de que Rosa prolonga equivocadamente a acumulação primitiva até nossos dias. O que ela quer dizer é que o capital transforma estruturalmente o papel da violência tanto para poder se reproduzir, quanto para anexar formas sociais estranhas a ele.

Marx organiza toda a discussão de um ponto de vista *retrospectivo*. Somente com o capital em marcha - isto é, após a estabilização e a *institucionalização* da separação do trabalho dos meios de produção¹⁴ - é possível entender a sua dinâmica, o seu “passado” e, principalmente, as suas diretrizes e tendências fundamentais. Tendo isto em mente, portanto, o capítulo sobre a acumulação primitiva não deve ser tomado como uma tentativa de retratar a “história” do capital. O procedimento é de natureza distinta. Por meio de uma cuidadosa análise lógico-genética Marx identifica os elementos fundamentais do modo de produção capitalista utilizando, para fins de esclarecimento, *ilustrações* e pequenas digressões sobre cada um deles que, muitas vezes, são equivocadamente tomadas como “históricas”. Depois de discriminados os componentes do capital e especificada a dinâmica básica de sua reprodução, Marx explicita como a consolidação do modo de produção representa uma fratura fundamental com as formas anteriores de acumulação de riqueza, materializadas nas diversas emanções do capital mercantil e no capital usurário. Este é o ponto nevrálgico e que, por conta de sua importância fundamental, exige uma atenção redobrada.

O capital mercantil pressupõe e simultaneamente reforça a *separação* entre o seu circuito e a “produção” (que é engendrada por relações sociais variadas, porém distintas da integração pelo mercado), sob a sob a qual ele incide apenas de forma oblíqua. Nos modos de produção onde ele penetra é, exatamente, esta posição insular que o converte na *função por excelência do capital*. O ponto decisivo é que, nestas condições, para nutrir o capital mercantil, os produtos transacionados são *convertidos* em mercadoria “pela mão do comerciante” que, por sua vez, pode contar com mecanismos voluntários¹⁵ ou, como é mais frequente, pela expropriação e a violência, exercida geralmente pelos seus

¹⁴ Esta passagem ilustra isto de forma eloquente: “Não basta que as condições de trabalho apareçam num polo como capital e no outro como pessoas que não têm nada para vender, a não ser sua força de trabalho. Tampouco basta obrigá-las a se venderem voluntariamente. No evolir da produção capitalista desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição e hábito, reconhece as exigências desse modo de produção como leis naturais e evidentes por si mesmas.” (Marx, 2013 p. 808)

¹⁵ O exemplo mais conhecido no ocidente é o da relação entre as cidades medievais e os grandes mercadores que operavam nas rotas de comércio de longa distância que mediavam as grandes civilizações. Neste caso, *não se trata de um comércio competitivo* (que é típico de zonas onde mercadorias *similares*, mas produzidas por produtores diversos, disputam o mesmo mercado): os grandes mercadores não podiam vender no varejo nas cidades em que atracavam, assim como não tinham acesso aos mercados locais que, por sua vez, eram uma presa fácil das cidades. Os cidadãos, voluntariamente, compravam destes atacadistas e, por conta de seus privilégios, operavam no varejo. A produção *orientada para o mercado local* era fortemente regulada pelas guildas, o que não ocorria com a produção destinada para a exportação, crescentemente apoiada no *putting out* e na manufatura: neste caso, os burgueses usavam seus privilégios para escoar essa produção utilizando para isto a sua conexão com os grandes mercadores ultramarinos. No entanto, estas operações só eram possíveis quando a produtividade rural era alta e, portanto, possibilitava que parte significativa das atividades humanas se orientassem para o mercado. Logo, era o ritmo da economia feudal que influenciava o comportamento dos seus diversos mercados, e não o contrário.

parceiros comerciais. É neste aspecto preciso que reside a sua grande peculiaridade: o capital comercial paira sobre diversas “economias”, organizadas por práticas e formas de integração distintas, sob as quais ele não consegue *impor* transformações significativas, pois esta forma de capital não consegue penetrar *diretamente* nos mecanismos de reprodução do trabalho e, principalmente, não é capaz de se apropriar da *força de trabalho*. Estas características ficam mais claras por oposição à sua forma “superior”, isto é, o capital propriamente dito, que só se manifesta no modo de produção capitalista onde a sua dinâmica repousa na inserção sistemática do trabalho abstrato e os recursos naturais *já disponíveis sob a forma mercadoria* em seu metabolismo. Esta forma de capital, ao se expandir para fora do seu perímetro, altera *fundamentalmente* as sociedades em que penetra.

A diferença também pode ser percebida com clareza se levarmos em conta a peculiaridade do papel social dos grandes mercadores associados ao capital mercantil. Se, por um lado, os grandes comerciantes eram livres para enriquecer e não sofriam os diversos constrangimentos ao *ethos* mercantil, por outro, eram impedidos de organizar a produção e, simultaneamente, ficavam necessariamente *fora* das redes de prestígio social. No capítulo 4 do primeiro volume de *O Capital* (“A transformação do dinheiro em capital”), Marx se aproxima deste problema:

“A *circulação* de mercadorias é o ponto de partida do capital. *Produção* de mercadorias e *circulação desenvolvida de mercadorias* – o comércio – formam os pressupostos históricos a partir dos quais o capital emerge. O comércio e o mercado mundiais inauguram, no século XVI, a história moderna do capital” (Marx, 2013 p. 233 – grifos meus)

Quem tem alguma familiaridade com a polêmica historiográfica sobre a transição ao capitalismo sabe que, no século XVI, o capital mercantil, enquanto forma antediluviana do capital, por pressões e mecanismos que *ele não dominava* e que eram totalmente externos à sua lógica, começa a penetrar na *produção* de forma mais direta. Mas esta incursão pela história é o aspecto *menos* desenvolvido por Marx, pelo menos no plano formal. Suas observações sobre o assunto são *sempre* balizadas por uma análise formal e *retrospectiva* sobre a gênese dos elementos que, uma vez combinados, dão origem ao *capital* propriamente dito.

Mas aí, como já foi exposto, estamos em outro domínio: não o da História (e, muito menos, o da historiografia), mas o da lógica estrutural do capital. A despeito de

suas inúmeras tergiversações, Marx nunca abandonou a noção exposta em *Crítica da Economia Política* de que há uma diferença entre o método da investigação (que concerne o “concreto figurado”) e o método de exposição, o qual só pode ser apresentado depois da compreensão *da unidade do diverso/síntese das múltiplas determinações*, isto é, a compreensão da forma de articulação que estrutura uma determinada realidade histórica. Em termos mais simples: somente *depois* de desvendada a lógica e a dinâmica do capital é possível retratar a *sua* história pretérita e analisar o seu movimento prospectivo. Esta percepção fica mais clara se ressaltarmos o que Dipesh Chakrabarty - partindo de algumas proposições marxianas¹⁶ - chama de os “dois sentidos da história” do capitalismo sugeridas por Marx (Chakrabarty, 2000 p. 63-6). O primeiro sentido envolve a “história” posta diretamente pelo capital plenamente constituído, isto é, referente à *lógica estrutural do capital*, onde as *condições* para a produção capitalista são *simultaneamente* as suas consequências. No entanto, ao iniciar a sua auto expansão o capital encontra um conjunto de “antecedentes” e outras formas históricas que *ele não constituiu*, isto é, que não fazem parte do seu próprio metabolismo.¹⁷ Aqui reside o ponto destacado por Rosa Luxemburgo e que produz ressonância em Chakrabarty: o capital precisa dissolver ou *destruir* a unidade destas formas independentes para poder incorporá-las. Mas nada garante que ele conseguirá.¹⁸ É precisamente este ponto que gera a história em sentido 2, que é distinta da sua lógica formal, *mas que não pode ser dissociada da história efetiva do capital*. Não se trata, portanto, de elementos *totalmente externos* pois, uma vez desagregados, eles são assimilados pelo metabolismo do capital e, deste modo, ajudam a transformá-lo.

Mas o raciocínio pode e deve ser ampliado para abarcar também as formas de dominação que o capital encontra e consegue assimilar, nos mesmos termos anteriormente descritos. E é precisamente nesta “segunda história” que revela as diversas formas de controle sobre o trabalho que o capital consegue subsumir e converter em uma

¹⁶ Chakrabarty parte do adendo à parte III de *Theories of Surplus Value* (“revenue and its sources”), na conhecida passagem sobre o processo de *formação do capital*, onde Marx diferencia a gênese do capital do processo de *reprodução do trabalho pelo próprio capital*.

¹⁷ O dinheiro e a mercadoria são alguns destes exemplos. No primeiro caso, contudo, não é o dinheiro do capitalismo (que congrega as 3 funções já descritas) e, neste último, é importante marcar uma distinção. A “mercadoria” que o capital encontra “pronta” foi necessariamente produzida pela violência direta (como, por exemplo, os cativos apesados pelas *raids* das tribos africanas sobre organizações sociais mais vulneráveis e vendidos aos europeus) ou pela ação dos grandes comerciantes. “Aqui o produto se torna mercadoria por meio do comércio. É o comércio que, neste caso, possibilita que o produto se transfigure em mercadoria, não é a mercadoria produzida que, por seu movimento, faz surgir o comércio” (Marx, 2017 p. 372)

¹⁸ “History 1, says Marx, has to subjugate or destroy the multiple possibilities that belong to History 2. There is nothing, however, to guarantee that the subordination of History 2 to the logic of capital would ever be complete.” (Chakrabarty, 2000. p. 65).

forma *capitalista* de acumulação: a escravidão, o trabalho infantil, o sexismo e o racismo estrutural,¹⁹ etc. O outro aspecto desta história 2 concerne as diversas *resistências* à acumulação capitalista, cuja feição não deriva *apenas* ou fundamentalmente da sua *oposição* ao capital, pois, uma vez inseridas no âmbito da reprodução do capitalismo, elas configuram um campo maleável de forças que podem coexistir e, simultaneamente, entrar em tensão com a ordem disciplinar do capital, pressionando para que ela se transforme.²⁰ O ponto decisivo é que o despotismo do capital deriva *da sua lógica intrínseca*, isto é, de sua propensão a colonizar todas as dimensões da vida social e, simultaneamente, dissolver as relações sociais estranhas a ele. É precisamente o seu ímpeto de se impor como forma universal que gera o conjunto de resistências que podem eventualmente destruí-lo. Mas o segundo aspecto que é o mais interessante, tendo em vista a sua conexão com o pensamento de Rosa Luxemburgo. As *resistências* ao falso universalismo do capital é que configuram um rico caleidoscópio de temporalidades, experiências e vivências fundamentalmente *heterogêneas*, que resistem à pretensa universalidade do capital.

4 - Imperialismo

¹⁹ Immanuel Wallerstein, profundamente influenciado por Rosa Luxemburgo, desenvolve este ponto com maestria. Para ele o racismo e o sexismo são componentes estruturais da economia-mundo capitalista. Não se tratam de meros preconceitos ou *apenas* de reminiscências de sociedades ou civilizações “pré-capitalistas”. É mais do que isso: o caráter estrutural deriva do fato de que o movimento é duplo, pois envolve *inferiorizar* determinados grupos e simultaneamente incluí-los no sistema de valorização do capital, de forma subordinada e desprestigiada. A velha xenofobia isola, cria enclaves, mata ou expulsa o “diferente”. Não serve, portanto, para o capitalismo. Rebaixar e incluir é a chave, pois tal expediente cristaliza uma hierarquia ocupacional, de renda e de (baixo) prestígio social que, paradoxalmente, *passa a ser reproduzida pela própria comunidade de desprivilegiados*, onde as famílias socializam as suas crianças para exercerem estes papéis subalternos sem rancor. Essa socialização envolve um conjunto particular de atitudes e de hábitos, que sedimentam nesses grupos a aceitação da desigualdade e, essencialmente, os requerimentos psicossociais para desempenhar uma função subordinada: trabalhos maçantes, longos, enfrentando o desprezo e a humilhação generalizada. (Wallerstein, 1996 p. 78-110) Exatamente por isso a luta contra este tipo de opressão particular deve partir *prioritariamente* dos que sentem os seus efeitos, mesmo que, em um primeiro momento, a reação envolva *afirmar positivamente* tais identidades.

²⁰ Chakrabarty expressa com bastante clareza este ponto: “From where does such resistance arise? Many labor historians think of resistance to factory work as the result of either a clash between the requirements of industrial discipline and preindustrial habits of workers in the early phase of industrialization or a heightened level of worker consciousness in a later phase. In other words, they see it as the result of a particular historical stage of capitalist production. Marx, in contrast, locates this resistance in the very logic of capital. That is to say, he locates it in the structural “being” of capital rather than in its historical “becoming.” Central to this argument is what Marx sees as the “despotism of capital,” which has nothing to do with either the historical stage of capitalism or the empirical worker’s consciousness. It would not matter for Marx’s argument whether the capitalist country in question were a developed one or not. Resistance is the Other of the despotism inherent in capital’s logic. It is also a part of Marx’s point about why, if capitalism were ever to realize itself fully, it would embody the conditions for its own dissolution.” (Chakrabarty, 2000. p. 58-9).

Agora é possível discutir o aspecto que fundamenta e singulariza o pensamento de Rosa Luxemburgo: o imperialismo entendido como um *novo período* que, dentre diversas outras transformações, reconfigura e transforma estruturalmente o papel da violência na ordem do capital. O termo imperialismo só foi utilizado em 1913, mas já em *Reforma Social ou Revolução?*, livro publicado em 1899 e reeditado em 1908, Rosa já havia explicitado a peculiaridade do *novo militarismo* que, ao contrário das formas anteriores, *se fundiu* ao processo de acumulação de capitais:

“Quando, hoje, a China torna-se teatro de conflitos ameaçadores, não se trata evidentemente de uma incorporação da China ao capitalismo europeu, mas de oposições *europeias acabadas*, que se transplantaram para a China e floresceram em solo chinês.²¹ O que hoje se contrapõe de armas na mão, independentemente se na Europa ou em outras partes do mundo, não são de um lado países capitalistas e, de outro, aqueles de economia natural, mas Estados levados ao conflito *justamente em virtude da similaridade de seu elevado desenvolvimento capitalista*. Nessas circunstâncias se o conflito explode, só pode ter um significado fatal para esse desenvolvimento, uma vez que provocará o mais profundo impacto e transformação da vida econômica em todos os países capitalistas. Mas isso adquire outra feição do ponto de vista da *classe capitalista*. Hoje, para ela, o militarismo tornou-se indispensável de três maneiras: em primeiro lugar, como meio de luta para os interesses concorrentes “nacionais” conta outros grupos nacionais; em segundo, como o tipo de investimento mais importante tanto para o capital financeiro quanto para o industrial; e, em terceiro, como instrumento de dominação interna da classe diante da população trabalhadora – todos esses sendo interesses que, em si, nada têm em comum com o desenvolvimento da economia mundial capitalista. E o que melhor denuncia esse caráter específico do militarismo atual é, primeiro, seu crescimento geral contínuo em todos os países, por assim dizer, por sua própria propulsão mecânica interna, um fenômeno que ainda era inteiramente desconhecido até poucas décadas; além disso, a inevitabilidade, o fatalismo da próxima explosão entre os Estados inicialmente interessados, apesar de ao mesmo tempo o motivo ser completamente indeterminado, assim como o objeto do conflito e todas as demais circunstâncias. O militarismo também transformou-se de motor do desenvolvimento capitalista em uma doença capitalista” (Luxemburgo, 2017b p. 34-5).

Essa passagem reúne praticamente todos os elementos que, refinados e desenvolvidos, foram retomados de forma mais consolidada em 1913, como a base da discussão sobre o imperialismo presente em *A Acumulação de Capital*.

²¹ Na segunda edição, esta passagem foi mudada para: “Quando a política mundial tornou-se um teatro de conflitos ameaçadores, não se trata de uma incorporação de novos países ao capitalismo mas de oposições *europeias* acabadas que se transplantaram para outras partes do mundo e ali floresceram.”

Há pelo menos três pontos importantes no trecho supracitado. O primeiro é que a intensa rivalidade militar do início do século XX é explicada por Rosa como uma consequência do elevado desenvolvimento *desigual* do capitalismo. Os países mais “desenvolvidos” – de maior composição orgânica do capital, onde predominam de forma quase absoluta as relações de produção especificamente capitalistas e os grandes oligopólios – lutam entre si para conquistar outras regiões. Essa disputa desagua em profundos conflitos geopolíticos que, via de regra, retroalimentam o militarismo. Além disso, o próprio processo de conquista e assimilação das novas zonas gera outro tipo de conflito: a intensificação do processo de acumulação capitalista demanda cada vez mais trabalho e fatores de produção, fato que dissolve as relações sociais locais e, com isto, *transplanta* para estas regiões os antagonismos europeus. Isto é: o que se exporta não é o *desenvolvimento* (e nem *apenas* capital, no sentido em que os economistas tendem dar ao termo), mas a violência e o regime de predação específico do capitalismo. O segundo elemento importante é a função do militarismo como um instrumento contraditório de dominação da classe capitalista: seu vínculo com as burguesias nacionais acirra o conflito no plano internacional, absorve parte do capital industrial e financeiro, ao mesmo em que consolida a dominação sobre a classe trabalhadora. Mas a chave está no terceiro elemento, isto é, na noção de que o militarismo – ao ser absorvido e efetivamente integrado ao movimento do capital – adquire uma *força motriz própria*.

Logo, ponto decisivo é que para Rosa a necessidade de expansão para as zonas onde o capital ainda não domina plenamente decorre das próprias características da *(re)produção* capitalista e não de um hipotético “subconsumo” nas economias centrais ou de resquícios medievais. É exatamente a elevação da produtividade da indústria decorrente da concorrência impiedosa entre os capitais que *obriga* a incorporação de virtualmente *todas as sociedades* e de todo o planeta à órbita do capitalismo. Quanto mais se intensificam e se desenvolvem as relações capitalistas, *maior a sua necessidade de englobar o meio não capitalista à sua dinâmica*:

“É pura ilusão esperar que o capitalismo se contente somente com os meios de produção que for capaz de obter por via comercial. A dificuldade que o capital enfrenta neste sentido reside no fato de que em grandes regiões da Terra as forças produtivas se encontram sob o controle de formações sociais que rejeitam o comércio, ou não podem oferecer ao capital os meios principais de produção que lhe interessam, porque suas formas de propriedade e o conjunto de suas estruturas sociais excluem de antemão tal possibilidade. Isso acontece sobretudo com o solo e com a riqueza que este contém em minerais, externamente com os pastos,

bosques e reservatórios de água, ou com os rebanhos e povos primitivos que se dedicam ao pastoreio. *Esperar pelos resultados do processo secular de desagregação dessas regiões de economia natural, até que esse resultasse na alienação, pelo comércio, dos meios principais de produção, significaria, para o capital, o mesmo que renunciar totalmente às forças de produção nesses territórios.*” (Luxemburgo, 1984a, p. 32 – grifo meu)

Logo, é a própria concorrência dos capitais que impele os capitalistas a se apoderarem dos recursos presentes na arena externa que é predominantemente integrada pela violência direta:

“Isso explica por que o capitalismo considera de vital importância a apropriação violenta dos principais meios de produção em terras coloniais. Como as organizações sociais primitivas dos nativos constituem os baluartes na defesa dessas sociedades, bem como as bases materiais de sua subsistência, o capital serviu-se de preferência, do método da destruição e da aniquilação sistemáticas e planejadas dessas organizações sociais não capitalistas, com as quais entra em choque por força da expansão por ele pretendida. *No caso já não se trata de acumulação primitiva, mas de um processo que prossegue inclusive em nossos dias.* Cada nova expansão colonial se faz acompanhar, naturalmente, de uma guerra encarniçada dessas, do capital contra as relações econômico-sociais dos nativos, assim como pela desapropriação violenta de seus meios de produção e pelo roubo de sua força de trabalho.” (Luxemburgo, 1984a p. 32-3 – grifo meu)

Portanto, exatamente pelo ímpeto de subordinar ao seu processo de autovalorização o conjunto da vida social e da natureza, o capital é forçado a *destruir* todas as formas de vida que ofereçam resistência à mercadorização. É neste sentido preciso que ele é uma forma pretensamente universal, fundada intrinsecamente na violência de cunho totalitário. Este é, a meu ver, o melhor ponto de entrada na reflexão proposta por Rosa Luxemburgo, pois possibilita dar coerência e alguma unidade ao seu pensamento.

Conclusão

O que impressiona na obra de Rosa Luxemburgo é o modo como ela construiu uma visão articulada que, embora repleta de tensões e ambivalências, integra praticamente todas as dimensões da realidade social. E, o que é mais importante, a sua produção teórica sempre esteve fundamentada ou referida à problemas concretos da luta política do seu tempo. O seu faro antropológico é particularmente notável, fruto de uma sensibilidade muito acurada e particularmente apta a perceber as nuances das formas de vida social mal batizadas de “pré-capitalistas” ou “primitivas”. Como foi aqui apontado,

isto transparece de forma cristalina em *Introdução à Economia Política*, na parte final de *A Acumulação de Capital* e em algumas passagens de *Anticrítica*, onde Rosa explicita a incompatibilidade fundamental entre o capitalismo violentamente exportado pela Europa e as formas de vida social a ele incorporadas. A sua análise da penetração britânica na Índia e a conquista francesa da Argélia deixa isto bem claro: Estas zonas foram invadidas por milênios, mas os invasores simplesmente impunham tributos e evitavam transformar as organizações comunais. Os ingleses e os franceses, enquanto portadores da rivalidade intercapitalista, não podiam se contentar meramente com tributos: para poder orientar estas zonas para a valorização do capital era necessário *destruir* as formas pretéritas de organização social para poder se apoderar dos fatores de produção e do trabalho. Portanto, o capital – corporificado nos ingleses – teve de destruir a comunidade e as formas familiares aldeãs para se apropriar da terra, do trabalho e de suas forças produtivas. A penetrar no problema por este prisma, Rosa rompe com o economicismo e dá um passo adiante ao explicitar que o movimento de expansão do capital ocorre em duas dimensões: a projeção sobre o espaço geográfico é concomitante ao assédio sistemático e violento a todas as dimensões da vida social que resistem à mercadorização da vida. Logo, para poder se expandir, o capital precisa destruir os outros “mundos” coerentes e integrados que coexistem ao seu redor para conseguir *impor o seu próprio*. Esse me parece representar o seu grande legado: mostrar como a sociedade da mercadoria é inerentemente violenta, pois é incapaz de conviver com formas de sociabilidade estranhas a ela. E que, portanto, a crítica à sociedade capitalista não pode se circunscrever ao terreno do que *hoje* chamamos de economia, mas deve incidir sobre o conjunto de práticas, visões de mundo e formas simbólicas que fazem parte do processo de acumulação e valorização do capital.

Referências Bibliográficas

- AMIN, Samir “Modes of Production: History and unequal development” *Science & Society* 49 (2) (1985).
- CHAKRABARTY, Dipesh *Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference* Princeton: Princeton U. Press, 2000
- CLASTRES, Pierre *A Sociedade contra o Estado* Rio de Janeiro: Francisco Alves: 1988
- DALTON, George “Economic Theory and Primitive Society” *American Anthropologist* Vol. 63. No. 1 (1961)
- HARVEY, David *O Novo Imperialismo* São Paulo, Loyola, 2004.
- LÖWY, Michel “Imperialismo ocidental versus comunismo primitivo” in: SCHÜTRUMPF, Jörn (Org.) *Rosa Luxemburgo ou o preço da liberdade* São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2015
- LUXEMBURGO, Rosa *A Acumulação de Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. Tomo II São Paulo, Abril Cultural, 1984a

- _____. *Anticrítica* São Paulo, Abril Cultural, 1984b
- _____. “O segundo e o terceiro volumes d’O Capital” *Crítica Marxista* no. 9 p. 135-43, 2009
- _____. *Introduction to Political Economy* in: HUDIS, Peter (org.) *The Complete Works of Rosa Luxemburg* Vol. I Londres & Nova York: Verso 2013
- _____. “Carta a Mathilde Wurm” – 16 de Fevereiro de 1917 in: LOUREIRO, Isabel (org.) *Rosa Luxemburgo* – Vol III – Cartas São Paulo: Unesp, 2017a
- _____. *Reforma Social ou Revolução?* in: LOUREIRO, Isabel (org.) *Rosa Luxemburgo* – Vol I – Textos Escolhidos São Paulo: Unesp, 2017b
- MARIUTTI, Eduardo “Rosa Luxemburgo: imperialismo e crise” *Crítica Marxista* No. 40 (2015)
- MARX, Karl *O Capital – Crítica da Economia Política* Vol I São Paulo: Boitempo, 2013
- _____. *O Capital* Vol III São Paulo: Boitempo, 2017
- SAHLINS, Marshal *Stone Age Economics* Chicago: Aldine Atherton, 1972
- THOMPSON, E. P. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998
- WALLERSTEIN, Immanuel *Historical Capitalism & Capitalist Civilisation*. Londres: Verso 1996
- WOLF, Eric *Europe and the people without history* Berkeley & Los Angeles: University of California Press, 2010

RECEBIDO EM 07-11-2018

APROVADO EM 16-04-2019